Demonstrações Financeiras

Milênio LW 180 Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Responsabilidade Limitada

CNPJ: 26.718.267/0001-02
(Administrado pela BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM
CNPJ: 59.281.253/0001-23)

Período de 10 de dezembro de 2024 (data posterior à transformação do Fundo) a 31 de março de 2025
com Relatório do Auditor Independente sobre as demonstrações financeiras

São Paulo Corporate Towers
Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909
Vila Nova Conceição
04543-011 - São Paulo – SP - Brasil

Tel: +55 11 2573-3000
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Cotistas e à Administradora do
Milênio LW 180 Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Responsabilidade Limitada
Administrado pela BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM ("Administradora do Fundo")
São Paulo – SP

Opinião com ressalvas

Examinamos as demonstrações financeiras do Milênio LW 180 Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Responsabilidade Limitada ("Fundo") que compreendem a demonstração da posição financeira em 31 de março de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, das evoluções do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de 10 de dezembro de 2024 (data posterior à transformação do Fundo) a 31 de março de 2025, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Milênio LW 180 Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Responsabilidade Limitada em 31 de março de 2025, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o período de 10 de dezembro de 2024 a 31 de março de 2025, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis aos Fundos de Investimento em Direitos Creditórios.

Base para opinião com ressalvas

Conforme nota explicativa 6 em 31 de março de 2025, o Fundo possuía investimentos em cotas do Milenio Ativy FIDC, no montante total de R$ 18.027 mil, representando 8,62% do seu patrimônio líquido. As últimas demonstrações financeiras auditadas deste fundo investido foram emitidas com abstenção e as evidências adicionais disponibilizadas não foram suficientes para nossa conclusão sobre o valor justo deste investimento. Ainda, para os investimentos em cotas dos fundos Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados Trybe VQV SSI e Principiapay Educação em Direitos Creditórios cujo montantes totalizam R$ 869 mil, representando 0,42% do seu patrimônio líquido, as últimas demonstrações financeiras emitidas possuíam defasagem superior a três meses e não obtivemos outras evidências adicionais para concluírmos sobre os saldos destes fundos.

Adicionalmente, o Fundo possuía investimentos em cotas dos fundos G5 Fintech II FIC FIDC e Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Bizcapital Empírica PME no montante somado de R$ 3.499 mil, representando 1,67% do seu patrimônio líquido. As últimas demonstrações financeiras auditadas destes fundos investidos foram emitidas com ressalva, impactando o Fundo no montante total de R$ 1.132 mil, que representava 0,54% do seu patrimônio líquido.

Como não foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente sobre esses investimentos por meio de outros procedimentos de auditoria, em 31 de março de 2025, não nos

foi possível determinar a necessidade ou não de eventuais ajustes nesses valores e o reflexo dessa avaliação no resultado e patrimônio líquido do Fundo.

Ênfases

Ausência de saldos comparativos

Conforme mencionado nas notas explicativas 1 e 2, em 09 de dezembro de 2024, foi aprovada a transformação do Fundo em Fundo de Investimento em Direitos Creditórios no fechamento das operações do mesmo dia. As demonstrações financeiras referentes ao período de 10 de dezembro de 2024 (data posterior à transformação do Fundo) a 31 de março de 2025, elaboradas em decorrência do processo de transformação, não apresentam a demonstração da posição financeira, demonstração do resultado e demonstração da evolução do patrimônio líquido de forma comparativa com o período anterior. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Reapresentação das demonstrações financeiras

Chamamos a atenção à nota explicativa n°2 às demonstrações financeiras que estão sendo reapresentadas em virtude da emissão das demonstrações financeiras auditadas dos fundos investidos e/ou pela disponibilização das evidências de auditoria adicionais suficientes e apropriadas relativas às carteiras dos fundos Milênio Warehouse Fundo de Investimento em Direitos Creditórios NãoPadronizados, Recarga Milênio VII II Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Financeiros, Spark Fundo de Investimento em Direitos Creditórios, Principiapay Crédito Educação Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Financeiros Responsabilidade Limitada, Fundo de Investimento em Direito Creditório Ext Turbi I, Salus Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Responsabilidade Limitada, Avanti Fundo de Investimento em Direitos Creditórios, Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Dav, Cultivo Octante Crédito Agrícola Fiagro Direitos Creditórios, G5 Fintech II Fundo de Investimento Multimercado, Celeti Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios e Principiapay Educação em Direitos Creditórios (“fundos investidos”) na data base auditada. Em 27 de junho de 2025, emitimos relatório de auditoria com abstenção de opinião sobre as demonstrações financeiras do Fundo, que ora estão sendo reapresentadas. Consequentemente, a abstenção de opinião relacionada com o referido assunto, contida em nosso relatório anteriormente emitido, não é mais factível e, portanto, nosso novo relatório, que substitui o anterior, está sendo emitido com ressalvas.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do período corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Além dos assuntos descritos na seção “Base para opinião com ressalvas”, determinamos que os assuntos descritos abaixo são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Shape the future
with confidence

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras do Fundo.

Cotas de fundos de investimento em direitos creditórios

Conforme apresentado na demonstração da posição financeira, em 31 de março de 2025, o saldo de investimentos em cotas de fundos de investimento em direitos creditórios era de R$ 163.952 mil e representava 78,38% do patrimônio líquido do Fundo. Devido à materialidade no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto foram consideradas um principal assunto de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a verificação do extrato de custódia disponibilizado pela Administradora do Fundo para confirmação das cotas detidas, a avaliação da correta valorização das cotas dos fundos investidos com base nas informações divulgadas por suas respectivas administradoras, a obtenção das últimas demonstrações financeiras auditadas desses fundos, bem como a análise de evidências adicionais consideradas relevantes para suportar a razoabilidade dos registros e avaliações realizados.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre as cotas de fundos de investimento em direitos creditórios, que está consistente com a avaliação da Administradora do Fundo, consideramos que os critérios e premissas de registro das cotas de fundos de investimento em direitos creditórios adotados pela Administradora do Fundo são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Responsabilidades da Administradora do Fundo pelas demonstrações financeiras

A Administradora do Fundo é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis aos Fundos de Investimento em Direitos Creditórios e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administradora do Fundo é responsável pela avaliação da capacidade de o Fundo continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administradora do Fundo pretenda liquidar o Fundo ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Shape the future
with confidence

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Fundo.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administradora do Fundo.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administradora do Fundo, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Fundo. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Fundo a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Shape the future
with confidence

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do período corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 03 de julho de 2026.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-034519/O



Marília Nascimento Soares
Contador CRC SP-301194/O

Milênio LW 180 Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Responsabilidade Limitada
CNPJ nº 26.718.267/0001-02

(Administrado pela BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM -CNPJ 59.281.253/0001-23)
Demonstração da posição financeira em 31 de março de 2025
(Em milhares de reais)

Ativo	Nota	2025	% sobre o Patrimônio Líquido
Aplicações financeiras de liquidez		**21.346**	**10,21%**
Aplicações em cotas de fundos de investimento		**21.346**	**10,21%**
Cotas de fundos de investimento de renda fixa	**4**	21.346	10,21%
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros		**1.662**	**0,79%**
Títulos de renda fixa		**1.662**	**0,79%**
Letras Financeiras do Tesouro		1.662	0,79%
Operações de crédito		**197.651**	**94,50%**
Títulos e direitos de crédito com aquisição substancial de riscos e benefícios		**197.651**	**94,50%**
Cotas de fundos de investimento em direitos creditórios	**6**	184.233	88,08%
Debêntures	**5**	7.391	3,53%
Certificado de Recebíveis do Agronegócio	**5**	6.027	2,88%
Valores a receber		**1.123**	**0,54%**
Rendas a receber		**1.123**	**0,54%**
Repasse - Portfolio Investido		259	0,12%
Valores a receber		864	0,41%
Total do ativo		**221.782**	**106,04%**

Passivo	Nota	2025	% sobre o Patrimônio Líquido
Outras obrigações sociais e estatutárias		**12.315**	**5,89%**
Cotas a resgatar	**9**	12.315	5,89%
Credores diversos		**310**	**0,14%**
Taxa de administração	**11**	25	0,01%
Taxa de gestão	**11**	108	0,05%
Taxa de performance	**13**	171	0,08%
Taxa de custódia	**13**	5	0,00%
Taxa de distribuição	**13**	1	0,00%
Total do passivo		**12.625**	**6,04%**
Cotas integralizadas	**9**	105.514	50,45%
Cotas resgatadas	**9**	(26.564)	-12,70%
Lucros acumulados		130.207	62,25%
Total do patrimônio líquido		**209.157**	**100,00%**
Total do passivo e patrimônio líquido		**221.782**	**106,04%**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Milênio LW 180 Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Responsabilidade Limitada
CNPJ nº 26.718.267/0001-02

(Administrado pela BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM - CNPJ 59.281.253/0001-23)
Demonstração do resultado do período de 10 de dezembro de 2024 (data posterior à transformação do Fundo) a 31 de março de 2025
(Em milhares de reais)

	Nota	10/12/2024 a 31/03/2025
Renda com títulos e valores mobiliários		
Letras Financeiras do Tesouro	**5**	59
		59
Resultado com cotas de fundos de investimento		
Cotas de fundo de investimento de renda fixa	**4**	531
		531
Resultado com títulos e direitos de crédito com aquisição substancial de riscos e benefícios		
Cotas de fundos de investimento em direitos creditórios	**5**	10.493
Resultado com certificado de recebíveis do agronegócio	**5**	331
Resultado com debêntures	**5**	5
		10.829
Despesas de taxa de administração/gestão/performance		
Taxa de administração	**12**	(98)
Taxa de gestão	**12**	(424)
Taxa de performance	**11**	(304)
		(826)
Despesas operacionais		
Taxa de custódia	**14**	(38)
Consultoria e auditoria	**14**	(15)
Taxa de fiscalização - CVM	**14**	(12)
Taxa de distribuição	**14**	(2)
		(67)
Resultado do período		**10.526**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Milênio LW 180 Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Responsabilidade Limitada
CNPJ nº 26.718.267/0001-02

(Administrado pela BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM - CNPJ 59.281.253/0001-23)
Demonstração da evolução do patrimônio líquido do período de 10 de dezembro de 2024 (data posterior à transformação do Fundo) a 31 de março de 2025
(Em milhares de reais)

	Nota	10/12/2024 a 31/03/2025
Patrimônio líquido no início do período		
Total de 81.207.696,0634 a R$ 2,6441		214.720
Cotas resgatadas		
5.850.090,0673 cotas	**9**	(16.089)
Patrimônio líquido antes do resultado		**198.631**
Resultado do período		**10.526**
Patrimônio líquido no final do período		**209.157**
Total de 75.357.605,9961 cotas a R$ 2,7777		209.157

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Milênio LW 180 Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Responsabilidade Limitada
CNPJ nº 26.718.267/0001-02

(Administrado pela BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM - CNPJ 59.281.253/0001-23)
Demonstração dos fluxos de caixa (método direto) do período de 10 de dezembro de 2024 (data posterior à transformação do Fundo) a 31 de março de 2025
(Em milhares de reais)

	10/12/2024 a 31/03/2025
Fluxo de caixa das atividades operacionais	
Pagamento de taxa de administração	(111)
Pagamento de taxa de performance	(538)
Pagamento de despesas de gestão	(316)
Distribuição	(2)
Pagamento de taxa de custódia	(31)
Outros recebimentos (pagamentos) operacionais	(2)
Caixa líquido das atividades operacionais	**(1.000)**
Fluxo de caixa das atividades de investimento	
Aplicações de cotas de fundo de investimento em direitos creditórios	(34.624)
Resgates e amortizações de cotas de fundo de investimento em direitos creditórios	47.487
Resgates e recebimentos de debêntures	2.735
Caixa líquido das atividades de investimento	**15.598**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	
Cotas resgatadas	(3.823)
Caixa líquido das atividades de financiamento	**(3.823)**
Rendimentos com fundos de renda fixa (caixa e equivalentes de caixa)	**531**
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa	**11.306**
Caixa e equivalentes de caixa - início do período	**10.040**
Caixa e equivalentes de caixa - fim do período	**21.346**
Reconciliação do resultado do período com o caixa líquido das atividades operacionais	
Lucro do período	**10.526**
Resultado com cotas de fundos de investimento em renda fixa	(531)
Resultado não financeiro com direitos creditórios	(10.829)
Variações patrimoniais	
Variações de contas ativas relacionadas com receitas	(21)
Variações de contas passivas relacionadas com despesas	(145)
Caixa líquido das atividades operacionais	**(1.000)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Milênio LW 180 Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Responsabilidade Limitada
CNPJ nº 26.718.267/0001-02
(Administrado pela BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM -CNPJ 59.281.253/0001-23)
Notas explicativas às demonstrações financeiras do período de 10 de dezembro de 2024 (data posterior à transformação do Fundo) a 31 de março de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto Operacional

O Milênio LW 180 Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Responsabilidade Limitada ("Fundo") possui uma classe única de cotas, denominada Classe Única do Milênio LW 180 Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Responsabilidade Limitada ("Classe"). A Classe foi constituída em 16 de janeiro de 2017, sob a forma de condomínio aberto e iniciou suas operações em 28 de maio de 2019 como fundo de investimento multimercado e no fechamento do dia 09 de dezembro de 2024 foi transformado em Fundo de Investimento em Direitos Creditórios. A Classe possui prazo Indeterminado.

A gestão da carteira da Classe é realizada pela Milênio Capital Gestão de Investimentos Ltda. ("Gestor") e a administração pela BTG Pactual Serviços Financeiros S/A DTVM ("Administradora").

A Classe destina-se especificamente a receber investimentos de titularidade de investidores profissionais, nos termos da regulamentação vigente.

As aplicações realizadas na Classe não contam com garantia da Administradora, do custodiante ou de suas partes relacionadas, nem da Classe Garantidor de Créditos - ("FGC"). Não obstante a diligência da Administradora em colocar em prática a política de investimento delineada, os investimentos da Classe estão, por sua natureza, sujeitos as flutuações típicas de mercado, risco de crédito, risco sistêmico, condições adversas de liquidez e negociação atípica nos mercados de atuação e, mesmo que a administradora mantenha sistema de gerenciamento de riscos, não há garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para a Classe e para os cotistas.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis aos fundos de investimentos em direitos creditórios que foram definidas pela Instrução n° 489, de 14 de janeiro de 2011 e pelo Anexo Normativo II da Resolução nº 175, de 23 de dezembro de 2022 da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM").

Na elaboração dessas demonstrações financeiras foram utilizadas premissas e estimativas de preços para a contabilização e determinação dos valores dos ativos integrantes da carteira da Classe. Dessa forma, quando da efetiva liquidação financeira desses ativos, os resultados auferidos poderão vir a ser diferentes dos estimados.

A moeda funcional do Classe é o Real, a mesma moeda de preparação das demonstrações financeiras.

Tendo em vista a transformação do Fundo ocorrida em 09 de dezembro de 2024, estas demonstrações financeiras não estão sendo apresentadas de forma comparativa.

Aprovação das demonstrações financeiras

Em 27 de junho de 2025, as demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administradora da Classe.

Reemissão das demonstrações financeiras

Em 27 de junho de 2025 o auditor independente emitiu relatório de auditoria contendo abstenção de opinião sobre as demonstrações financeiras relativas ao período de 10 de dezembro de 2024 (data posterior à transformação do Fundo) a 31 de março de 2025 do Fundo, que ora estão sendo reapresentadas.

Estas demonstrações financeiras estão sendo reapresentadas em virtude da disponibilização de evidências de auditorias suficientes e apropriadas ao que se refere a mensuração do valor justo na data- base para parte do investimento em cotas de fundos de investimento que foram base da abstenção na demonstração financeira emitida anteriormente.

3. Descrição das principais práticas contábeis

a) Apuração dos resultados

As receitas e despesas são apropriadas de acordo com o regime de competência.

b) Fluxo de caixa

Para fins das Demonstrações dos Fluxos de Caixa a Classe utiliza o método direto.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

d) Cotas de fundos de investimento em direitos creditórios

As cotas de fundos de investimento em direitos creditórios são atualizadas diariamente com base no valor da cota divulgado pelos Administradores dos fundos onde os recursos são aplicados. A valorização e desvalorização das cotas de fundos de investimento em direitos creditórios estão apresentadas em “Resultado com cotas de fundos de investimento em direitos creditórios” nas demonstrações do resultado.

e) Direitos creditórios

Todos os títulos são avaliados pelo valor de mercado, considerando dois parâmetros principais: a curva de referência do indexador do papel e o spread de crédito. O spread de crédito é determinado com base na média das aquisições realizadas no dia e na curva de referência, sendo que qualquer alteração nesse spread deve ser aprovada em deliberação pelo Comitê de Precificação.

A metodologia de precificação leva em consideração diversos fatores, como a liquidez do ativo, negociações no mercado primário e secundário, além do risco associado ao emissor. Esses critérios são aplicáveis a todos os ativos submetidos à análise do Comitê.

O Comitê é composto por equipes de diferentes áreas, como risco de crédito, risco de mercado e governança, entre outras. Cada equipe contribui com sugestões baseadas em seus monitoramentos internos e análises especializadas.

Para a marcação a mercado dos títulos privados, a metodologia consiste em comparar as transações realizadas no mercado secundário (quando disponíveis) com a marcação a mercado em vigor para cada ativo de crédito privado registrado na CETIP e pertencente aos fundos administrados. Essa abordagem visa assegurar uma avaliação transparente e alinhada às práticas de mercado e às normativas vigentes.

Os direitos creditórios são classificados no seguinte grupo:

- **Operações com aquisição substancial de riscos e benefícios** – quando o Fundo adquire substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do direito creditório objeto da operação e que, como consequência, enseja a baixa do direito creditório nos registros contábeis do cedente.

- **Operações sem aquisição substancial de riscos e benefícios** – quando o Fundo não adquire substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do direito creditório objeto da operação, não ensejando na baixa do direito creditório no registro contábil do cedente.

f) Outros ativos

Os valores lançados como outros ativos são contabilizados pelo regime de competência pelo valor original, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias incorridas.

g) Obrigações

As obrigações são demonstradas pelos valores conhecidos e calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias incorridas.

h) Julgamentos e estimativas

A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que sejam utilizados premissas e julgamentos na determinação do valor e registro de estimativas contábeis, como avaliação dos investimentos. A liquidação dessas transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

4. Aplicações financeiras de liquidez

Cotas de fundos de investimento de renda fixa

Em 31 de março de 2025, a Classe possuía aplicações em cotas de Fundo de Investimento em Renda Fixa, conforme abaixo:

		2025	
Fundo	**CNPJ**	**Quantidade de Cotas**	**Valor Contábil**
BTG Pactual Tesouro Selic Fundo de Investimento Renda Fixa Referenciado DI	09.215.250/0001-13	4.568.597,3923	21.346
Total			**21.346**

No período de 10 de dezembro de 2024 a 31 de março de 2025, foi apurado um resultado de R$ 531 com cotas de fundos de investimento em renda fixa, indicado na Demonstração dos resultados na rubrica “Resultado com cotas de fundos de investimento – Cotas de fundos de investimento em renda fixa”.

Seguem as informações sobre o fundo de investimento em renda fixa que compõe a carteira da Classe:

BTG Pactual Tesouro Selic Fundo de Investimento Renda Fixa Referenciado DI

O BTG Pactual Tesouro Selic Fundo de Investimento Renda Referenciado DI (“Tesouro Selic”) foi constituído em 14 de fevereiro de 2008, sob a forma de condomínio aberto com prazo indeterminado de duração, tendo iniciado suas operações na mesma data. A gestão da carteira da Classe é realizada pela BTG Pactual Asset Management S.A. DTVM e a administração pela BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM.

O Tesouro Selic tem como objetivo proporcionar aos quotistas uma rentabilidade que acompanhe a variação da taxa de juros no mercado interbancário (mensurada pela variação do Depósito Interbancário) com alto grau de correlação; utilizando-se dos instrumentos disponíveis tanto no mercado à vista quanto no mercado de derivativos, de acordo com as restrições previstas na legislação vigente.

Destina-se a receber aplicações de pessoas físicas e/ou jurídicas em geral, bem como de fundos de investimento que busquem performance diferenciada as taxas de juros do mercado interbancário.

Internal Use Only

As demonstrações financeiras do Tesouro Selic relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024 foram auditadas por auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria em 21 de março de 2025, sem modificações.

5. Direitos creditórios com aquisição substancial de riscos e benefícios

A Classe adquiriu direitos creditórios registrando-os como sendo com aquisição substancial de riscos e dos benefícios. Tal definição está amparada no capítulo II do §1º do artigo 3º da Instrução CVM nº 489, onde a Classe adquire substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do direito creditório objeto da operação e que, como consequência, enseja a baixa do direito creditório nos registros contábeis do cedente. Os direitos creditórios registrados com aquisição substancial de risco representam o montante contábil de R$ 13.418.

a) Descrição

Os Direitos Creditórios pela Classe serão adquiridos integral ou parcialmente, sempre de acordo com a Política de Investimentos. Tendo em vista (i) a natureza variada dos Direitos Creditórios passíveis de aquisição pela Classe, (ii) a amplitude da Política de Investimentos e (iii) a potencial diversificação de Cedentes e Devedores, não é possível precisar os processos de origem dos Direitos Creditórios e as políticas de concessão de crédito adotadas pelos Cedentes.

Os Direitos Creditórios deverão contar com Documentos Comprobatórios que evidenciem sua existência, validade e exequibilidade perante os respectivos Devedores. Os Direitos Creditórios serão adquiridos pela Classe por meio: (i) de Contratos de Cessão firmados entre a Classe e os respectivos Cedentes, preferencialmente acompanhados de todos os direitos, privilégios, preferências, prerrogativas, ações e garantias assegurados aos seus titulares; (ii) negociação em mercado organizado; e/ou (iii) da subscrição de títulos de crédito e/ou valores mobiliários, colocados de forma privada ou ofertados publicamente, independentemente do regime de distribuição, observada a Política de Investimentos e as demais disposições deste Regulamento e da legislação e regulamentação aplicáveis.

b) Critérios de elegibilidade

A Classe somente poderá adquirir os direitos creditórios que atendam cumulativamente aos seguintes critérios de elegibilidade, a serem verificados e validados pelo gestor, de forma individualizada e integral, previamente à cessão e na respectiva data de aquisição, de modo que apenas são passíveis de aquisição pela classe os direitos creditórios que, na data de aquisição:

(i) sejam representados em moeda corrente nacional;

(ii) a natureza ou característica essencial dos direitos creditórios deverá permitir o seu registro contábil e a sua custódia pelo custodiante, de acordo com os procedimentos operacionais e contábeis praticados pelo custodiante;

Internal Use Only

(iii) sejam representados por títulos e valores mobiliários representativos de crédito privado, incluindo, mas não se limitando a debêntures, notas comerciais, cédulas de crédito bancário, certificados de recebíveis e outros valores mobiliários representativos de operações; e de securitização, e, por equiparação, cotas de Fundos Alvo.

Para fins da verificação dos critérios de elegibilidade, será considerado o patrimônio líquido e o valor dos direitos creditórios integrantes da carteira no dia útil imediatamente anterior à data de aquisição.

Na hipótese de o direito creditório elegível deixar de atender a qualquer critério de elegibilidade após sua aquisição pela classe tal fato não será entendido como um desenquadramento da carteira, tampouco haverá direito de regresso contra o Administrador, o Gestor e/ou o Agente de Cobrança.

c) Verificação de lastro dos direitos creditórios

No âmbito das diligências relacionadas à aquisição de Direitos Creditórios caracterizados como direitos e títulos representativos de crédito, conforme referidos na alínea “a” do inciso XII do art. 2º do Anexo Normativo II da Resolução CVM 175, o Gestor deve verificar a existência, integridade e titularidade do lastro, de forma integral, utilizando modelo estatístico consistente e passível de verificação.

O Gestor pode contratar terceiros para efetuar a verificação do lastro, inclusive a entidade registradora, o Custodiante ou consultoria especializada, caso aplicável, devendo constar do contrato de prestação de serviços as regras e procedimentos aplicáveis à verificação, sendo que o Gestor será responsável pela fiscalização da atuação do agente contratado no tocante à observância às regras e procedimentos aplicáveis à verificação.

d) Composição dos direitos creditórios

Em 31 de março de 2025, a carteira de direitos creditórios estava assim composta:

Internal Use Only

Por natureza

Tipo ativo	Total
Debêntures	7.391
Certificado de Recebíveis do Agronegócio	6.027
Total	**13.418**

Concentração dos maiores devedores dos direitos creditórios

i. Debêntures

	2025	
Devedores	**Valor justo**	**% s/ PL**
Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros	6.350	3,03%
Kanastra Securitizadora S.A.	1.041	0,48%
Creditcorp Securitizadora S.A.	-	-
Total	**7.391**	**3,51%**

ii. Certificado de Recebíveis do Agronegócio

	2025	
Devedores	**Valor justo**	**% s/ PL**
Opea Securitizadora S.A.	6.027	2,88%
Total	**6.027**	**2,88%**

e) Movimentação dos direitos creditórios

As movimentações dos direitos creditórios no período de 09 de dezembro de 2024 (data de transformação do Fundo) a 31 de março de 2025, estão representadas conforme abaixo:

i. Debêntures

Em 09 de dezembro de 2024	**10.121**
Recebimento de Debêntures	(2.735)
Resultado com Debêntures	5
Em 31 de março de 2025	**7.391**

i. Certificado de Recebíveis do Agronegócio

Em 09 de dezembro de 2024	**5.696**
Resultado com CRA	331

Em 31 de março de 2025	**6.027**

f) Metodologia de precificação

Os ativos são precificados sempre com o desconto a valor presente de seus fluxos de caixa futuros, considerando como taxa de desconto o spread do papel específico sobre curva de referência. A remarcação dos spreads dos títulos de crédito privado é deliberada pelo Comitê de Precificação, o qual possui a atribuição de acompanhar e validar a precificação de títulos privados, levando-se em conta as características intrínsecas do ativo, tais como: *duration*, emissor, indexador e liquidez, assim como aspectos setoriais e de mercado. Dessa maneira, para a marcação a mercado dos títulos privados, compara-se os negócios efetuados no mercado secundário, quando disponíveis, com a marcação a mercado em vigor para cada ativo de crédito privado registrado na CETIP e presente nos fundos administrados.

g) Garantias

Em 31 de março de 2025, a Classe não possuía garantias reais ou fidejussórias, pela liquidação dos direitos creditórios.

6. Cotas de fundos de investimento em direitos creditórios

Em 31 de março de 2025, a Classe possuía aplicações em cotas de fundo de Investimento em direitos creditórios, conforme abaixo:

		2025	
Fundo	**CNPJ**	**Quantidade de Cotas**	**Valor Contábil**
Milenio Warehouse FIDC NP	41.195.699/0001-70	11.250,4523	19.683
Milenio Ativy FIDC	46.473.452/0001-91	156.665,4161	18.027
Recargapay FIDC II	53.273.245/0001-59	14.481,2601	15.696
Spark FIDC – Sênior	39.663.988/0001-04	12.040,6134	12.169
PrincipiaPay Educação FIDC – Senior	49.004.860/0001-92	15.203,6392	10.151
Agrogalaxy F – Mezanino	52.286.115/0001-98	7.268,0000	8.574
Edison FIDC – Mezanino 3	34.218.936/0001-05	3.502,5417	7.905
FIDC EXT Turbi I - Subordinada	49.936.440/0001-44	5.478,8698	7.872
Edison FIDC – Mezanino 2	34.218.936/0001-05	7.511,8428	7.679
Salus FIDC – Cota Sênior 1	59.224.026/0001-66	7.350,0000	7.363
FCC I – FIDC	32.274.365/0001-09	12.089.345,9773	6.231
UME I FIDC - Senior 1	54.565.372/0001-94	5.156,6016	5.921
FIDC DAV - Senior 1	59.524.577/0001-45	5.295,5664	5.370
Culttivo Crédito Agrícola FIAGRO – Mezanino 3	44.302.001/0001-66	4.354,0400	4.823
Avanti FIDC	38.168.015/0001-36	2.408,9916	4.458
Insumos Milenio Terramagna FI nas Cadeias Produtivas Agro – Mezanino A2	43.616.501/0001-00	3.872,0000	4.203

Insumos Milenio Terramagna FI nas Cadeias Produtivas Agro – Mezanino	43.616.501/0001-00	3.818,0000	4.202
G5 Fintech II FIC FIDC	46.331.116/0001-04	4.652.299,3203	3.428
Insumos Milenio Terramagna FI nas Cadeias Produtivas Agro – Mezanino B4	43.616.501/0001-00	3.100,0000	3.260
Edison FIDC – Senior 3	34.218.936/0001-05	2.961,4886	3.033
PrincipiaPay Educação FIDC - Mezanino A	49.004.860/0001-92	2.892,6901	3.025
FIDC IF PLUS – Mezanino A	55.255.330/0001-10	2.609,3490	3.022
Spark FIDC - Mezanino	39.663.988/0001-04	2.824,8636	2.873
FIDC SUPERSIM - Mezanino A2	41.778.453/0001-20	2.238,4099	2.621
FIDC SUPERSIM – Senior 5	41.778.453/0001-20	2.156,4883	2.449
Avanti FIDC Senior	38.168.015/0001-36	1.316,3108	2.230
Insumos Milenio Terramagna FI nas Cadeias Produtivas Agro – Mezanino B2	43.616.501/0001-00	1.507,0000	1.662
UME I FIDC – Mezanino 1	54.565.372/0001-94	1.118,2504	1.322
Celeti IAAS FIDC – Senior 1	50.835.592/0001-30	1.306,1560	1.314
Recargapay FIDC Empréstimos I – Senior	37.035.913/0001-53	1.491,5668	936
Recargapay FIDC Empréstimos I – Mezanino	37.035.913/0001-53	950,0000	764
FIDC IF PLUS – Senior 1	55.255.330/0001-10	365,5435	412
PrincipiaPay Educação FIDC - Mezanino B	49.004.860/0001-92	429,8142	352
FIDC Trybe VQV – Senior 1	39.883.874/0001-70	770,7214	313
FIDC Trybe VQV – Senior 2	39.883.874/0001-70	541,7059	296
Culttivo Crédito Agrícola FIAGRO – Mezanino B3	44.302.001/0001-66	239,0000	264
Principia Pay FIDC – Mezanino A	58.494.685/0001-50	253,5710	260
FIDC Bizcapital Empírica PME Responsabilidade Limitada - Classe JR	31.368.812/0001-18	1.313,3033	71
Total			**184.233**

No período de 10 de dezembro de 2024 a 31 de março de 2025, foi apurado um resultado de R$10.190 com cotas de fundos de investimento em direitos creditórios, apresentado na Demonstração dos resultados na linha “Resultado com cotas de fundos de investimento – Cotas de fundos de investimento em direitos creditórios”.

Seguem as informações sobre os principais fundos de investimento em direitos creditórios que compõe a carteira da Classe:

Milenio Warehouse Fundo de Investimento em Direitos Creditórios

O Milenio Warehouse Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (“Milenio Warehouse”) possui uma classe única de cotas, iniciou suas atividades em 17 de setembro de 2021 e foi constituído sob a forma de condomínio aberto, com prazo de duração indeterminado.

A gestão da carteira do Milenio Warehouse é realizada pela Milênio Capital Gestão de Investimentos Ltda. e a administração pela Singulare Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

As demonstrações financeiras do Milenio Warehouse relativas ao exercício social findo em 31 de julho de 2024 foram auditadas por auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria em 31 de outubro de 2024, sem modificação.

Milenio Ativy Fundo de Investimento em Direitos Creditórios

O Milenio Ativy Fundo de Investimento em Direitos Creditórios ("Milenio") possui uma classe única de cotas. O Milenio foi constituído em 20 de dezembro de 2023, sob a forma de condomínio fechado e iniciou suas operações em 28 de dezembro de 2023 como fundo de investimento em direitos creditórios.

O Milenio possui prazo de duração de 73 meses.

A gestão da carteira do Milenio é realizada pela Milênio Capital Gestão de Investimentos Ltda. e a administração pela BTG Pactual Serviços Financeiros S/A DTVM.

As demonstrações financeiras do Milenio relativas ao exercício social findo em 31 de agosto de 2024 foram auditadas por auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria em 28 de novembro de 2024.

Recargapay Milenio VD II Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Financeiros

O Recargapay Milenio VD II Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Financeiros possui uma classe única de cotas, constituído sob a Forma de Condomínio Fechado ("Recargapay Milenio VD II FIDC"). O Recargapay Milenio VD II FIDC foi constituído em 26 de dezembro de 2023, sob a forma de condomínio fechado e iniciou suas operações em 27 de dezembro de 2023.

O Recargapay Milenio VD II FIDC possui prazo de duração de 122 (cento e vinte e dois meses), a contar da data de início do fundo cindido, podendo ser prorrogado por até 1 (um) ano, à critério da gestora, ou por períodos superiores, mediante aprovação da assembleia de cotistas.

A gestão da carteira do Recarga Pay Milenio VD II FIDC é realizada pela Milênio Capital Gestão de Investimentos Ltda. e a administração pela Singulare Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

O Fundo terá como objetivo proporcionar aos Cotistas a valorização das Cotas de suas respectivas titularidades por meio da aplicação dos recursos da Classe, preponderantemente na aquisição de direitos creditórios no segmento financeiro representados por CCBs, Notas Comerciais e Debêntures, observada a regulamentação aplicável ("Direitos Creditórios").

As demonstrações financeiras do Recarga Pay Milenio VD II FIDC relativas ao exercício social findo em 30 de junho de 2024 foram auditadas por auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria em 30 de setembro de 2024.

Spark Fundo de Investimento em Direitos Creditórios de Responsabilidade Limitada

O Spark Fundo de Investimento em Direitos Creditórios de Responsabilidade Limitada possui uma classe única de cotas, constituído sob a forma de condomínio fechado (“Spark Fundo”). O Spark Fundo foi constituído em 01 de março de 2021, sob a forma de condomínio fechado e iniciou suas operações em 21 de maio de 2021.

O Spark Fundo possui prazo de duração de Indeterminado.

A gestão da carteira do Spark Fundo é realizada pela Milênio Capital Gestão de Investimentos Ltda. e a administração pela Singulare Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

O Fundo terá como objetivo proporcionar aos cotistas a valorização de suas cotas, por meio da aplicação dos seus recursos preponderantemente na aquisição de direitos creditórios adquiridos pelo fundo.

As demonstrações financeiras do Spark Fundo relativas ao exercício social findo em 30 de novembro de 2024 foram auditadas por auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria em 17 de fevereiro de 2025.

PrincipiaPay Educação Fundo de Investimento em Direitos Creditórios

O PrincipiaPay Educação Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Responsabilidade Limitada possui uma classe única de cotas, denominada PrincipiaPay Educação Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (“PrincipiaPay”). O PrincipiaPay foi constituído em 29 de dezembro de 2022, sob a forma de condomínio fechado e iniciou suas operações em 03 de fevereiro de 2023.

O PrincipiaPay possui prazo de duração de Indeterminado.

A gestão da carteira do PrincipiaPay é realizada pela Milenio Capital Gestão de Investimentos Ltda. e a administração pela Vortx Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

O fundo tem como objetivo proporcionar aos cotistas a valorização das suas cotas por meio da aplicação de recursos, preponderantemente, nos direitos creditórios, oriundos das CCBs emitidas pelos devedores, por meio da Plataforma desenvolvida e mantida pela PrincipiaPay.

As demonstrações financeiras do PrincipiaPay relativas ao exercício social findo em 30 de novembro de 2024 foram auditadas por auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria em 25 de fevereiro de 2025, sem modificação.

Agrogalaxy Fornecedores FI nas Cadeias Produtivas Agroindustriais Fiagro DC - Resp Limitada

O Agrogalaxy Fornecedores FI nas Cadeias Produtivas Agroindustriais Fiagro DC - Resp Limitada ("Agrogalaxy") foi constituído em 22 de setembro de 2023 e iniciou suas atividades em 28 de setembro de 2023, sob a forma de condomínio fechado, com prazo de duração indeterminado.

A gestão da carteira do Agrogalaxy é realizada pela Milênio Capital Gestão de Investimentos Ltda. e a administração pela Oliveira Trust Distribuidora de Titulos e Valores Mobiliários S.A.

As demonstrações financeiras do Agrogalaxy relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024 foram auditadas por auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria em 18 de fevereiro de 2025, sem modificação.

Edison Fundo de Investimento em Direitos Creditórios

O Edison Fundo de Investimento em Direitos Creditórios possui uma classe única de cotas, denominada Classe Única ("Edison FIDC"). O Edison FIDC foi constituído em 28 de novembro de 2019, sob a forma de condomínio fechado e iniciou suas operações em 07 de janeiro de 2020.

O Edison FIDC possui prazo de duração indeterminado.

A gestão da carteira do Edison FIDC é realizada pela Milênio Capital Gestão de Investimentos Ltda. e a administração pela Banvox Distribuidora de Titulos e Valores Mobiliários Ltda.

É objetivo do fundo proporcionar aos cotistas a valorização de suas cotas, mediante a aplicação dos recursos do fundo na aquisição de direitos creditórios elegíveis e ativos financeiros, durante seu prazo de vigência, de acordo com os critérios de composição e diversificação estabelecidos pela legislação vigente e no regulamento.

As demonstrações financeiras do Edison FIDC relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024 foram auditadas por auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria em 02 de abril de 2025.

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Ext Turbi I de Responsabilidade Limitada

O Fundo de Investimento em Direitos Creditórios EXT Turbi I de Responsabilidade Limitada ("EXT Turbi") possui uma classe única de cotas. O EXT Turbi foi constituído em 14 de março de 2023, sob a forma de condomínio fechado e iniciou suas operações em 26 de abril de 2023.

O EXT Turbi possui prazo de duração de Indeterminado.

A gestão da carteira do EXT Turbi é realizada pela Solis Investimentos Ltda. e a administração pelo Banco Daycoval S.A.

O fundo tem como objetivo proporcionar aos cotistas a valorização das suas cotas por meio da aplicação de recursos, preponderantemente, nos direitos creditórios, observada a política de investimento do regulamento.

Até a data de divulgação destas demonstrações financeiras, as demonstrações financeiras do EXT Turbi relativas ao exercício social findo em 31 de março de 2025 ainda não haviam sido emitidas.

Salus - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Responsabilidade Limitada

O Salus - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Responsabilidade Limitada possui uma classe única de cotas, denominada Classe Única do Salus Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - Responsabilidade Limitada (“Salus FIDC”). O Salus FIDC foi constituído em 31 de janeiro de 2025, sob a forma de condomínio fechado e iniciou suas operações em 31 de janeiro de 2025.

O Salus FIDC possui prazo de duração de Indeterminado.

A gestão da carteira do Salus FIDC é realizada pela Milenio Capital Gestão de Investimentos Ltda. e a administração pela Vortx Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

O objetivo do fundo é proporcionar aos seus cotistas a valorização de suas cotas por meio da aplicação de seu patrimônio líquido na aquisição de: (i) direitos creditórios que atendam aos critérios de elegibilidade; e (ii) ativos financeiros, em qualquer dos casos, observada a política de investimentos descrita no anexo, tendo ciência dos riscos inerentes a esta aplicação, conforme descritos no regulamento.

Até a data de divulgação destas demonstrações financeiras, as demonstrações financeiras do Salus FIDC relativas ao exercício social findo em 31 de março de 2025 ainda não haviam sido emitidas.

Insumos Milenio Terramagna Fundo De Investimento Nas Cadeias Produtivas Agroindustriais FIAGRO – Direitos Creditórios

O Insumos Milenio Terramagna Fundo De Investimento Nas Cadeias Produtivas Agroindustriais FIAGRO – Direitos Creditórios possui 4 (quatro) classes de cotas: Cotas Seniores, Cotas Subordinadas Mezanino A, Cotas Subordinadas Mezanino B e Cotas Subordinadas Júnior. (“Insumos Milenio”). O Insumos Milenio foi constituído em 27 de

setembro de 2021, sob a forma de condomínio fechado e iniciou suas operações em 29 de outubro de 2021.

O Insumos Milenio possui prazo de duração de indeterminado.

A gestão da carteira do Insumos Milenio é realizada pela Milenio Capital Gestão de Investimentos Ltda. e a administração pela Oliveira Trust DTVM S.A.

O fundo é uma comunhão de recursos destinados, preponderantemente, à aquisição de direitos creditórios elegíveis e demais ativos financeiros, durante seu prazo de vigência, de acordo com a política de investimento descrita no seu regulamento, e conforme previsto na legislação aplicável.

As demonstrações financeiras do Insumos Milenio relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024 foram auditadas por auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria em 25 de março de 2025.

6. Riscos

A carteira e, por consequência, seu patrimônio, estão submetidos a diversos riscos, incluindo, mas não se limitando, aos riscos abaixo relacionados. Antes de adquirir cotas, o investidor deve ler cuidadosamente o Regulamento.

Não obstante o emprego pela Administradora e pela Gestora de plena diligência e da boa prática de administração e gestão do Fundo, da estrita observância da política de investimento, das regras legais e regulamentares aplicáveis à sua administração e gestão, o Fundo estará sujeito aos riscos inerentes aos bens e direitos integrantes de sua carteira, além dos fatores de risco identificados abaixo.

Riscos de Crédito:

(i) Risco de crédito relativo aos Direitos Creditórios. Decorre da capacidade dos Devedores e/ou coobrigados, conforme aplicável, de honrarem seus compromissos pontual e integralmente, conforme contratados. A Classe sofrerá o impacto do inadimplemento dos Direitos Creditórios detidos em Carteira que estejam vencidos e não pagos e do não cumprimento, pelos Devedores e/ou coobrigados, conforme aplicável, de suas obrigações nos termos dos respectivos instrumentos. A Classe somente procederá ao resgate das Cotas em moeda corrente nacional na medida em que os Direitos Creditórios sejam pagos pelos Devedores e/ou coobrigados, conforme aplicável, e desde que os respectivos valores sejam transferidos à Classe, não havendo garantia de que o resgate das Cotas ocorrerá integralmente conforme estabelecido no Regulamento e respectivos Apêndices e demais documentos que o integrem, conforme aplicável. Nessas hipóteses, não será devido pela Classe, pelo administrador, pelo gestor, e/ou pelo custodiante, qualquer multa ou penalidade, de qualquer natureza.

Em caso de instauração de pedido de falência, recuperação judicial, de plano de recuperação extrajudicial ou qualquer outro procedimento de insolvência dos Devedores e/ou coobrigados, conforme aplicável, a Classe poderá não receber os pagamentos dos Direitos Creditórios que compõem sua Carteira, o que poderá afetar adversamente os resultados da Classe.

(ii) Risco de crédito decorrente do investimento em Direitos Creditórios vencidos. Consiste no risco dos Direitos Creditórios adquiridos após o respectivo vencimento não serem pagos ou serem quitados parcialmente, em virtude do insucesso das ações de cobrança e/ou de limitações na capacidade financeira dos Devedores. Não é possível garantir em que medida ou em que data os Direitos Creditórios vencidos e não pagos serão adimplidos. O não pagamento, o pagamento parcial, ou mesmo a demora no pagamento de referidos Direitos Creditórios podem provocar perdas à Classe e aos Cotistas.

(iii) Risco de crédito relativo aos Ativos Financeiros de Liquidez. Decorre da capacidade de pagamento dos devedores e/ou emissores dos Ativos Financeiros de Liquidez e/ou das contrapartes da Classe em operações com tais ativos. Alterações no cenário macroeconômico que possam comprometer a capacidade de pagamento, bem como alterações nas condições financeiras dos emissores dos referidos Ativos Financeiros de Liquidez e/ou na percepção do mercado acerca de tais emissores ou da qualidade dos créditos, podem trazer impactos significativos aos preços e liquidez dos Ativos Financeiros de Liquidez emitidos por esses emissores, provocando perdas para a Classe e para os Cotistas. Ademais, a falta de capacidade e/ou disposição de pagamento de qualquer dos emissores dos Ativos Financeiros de Liquidez ou das contrapartes nas operações integrantes da Carteira acarretará perdas para a Classe, podendo este, inclusive, incorrer em custos com o fim de recuperar os seus créditos.

(iv) Riscos de invalidade ou ineficácia da cessão de Direitos Creditórios. A cessão de crédito pode ser invalidada ou tornar-se ineficaz por decisão judicial e/ou administrativa. Assim, a Classe poderá incorrer no risco de os Direitos Creditórios integrantes da Carteira serem alcançados por obrigações assumidas pelo Cedente e/ou por um Devedor, os recursos decorrentes de seus pagamentos serem bloqueados e/ou redirecionados para pagamentos de outras dívidas por obrigações do Cedente e/ou de um Devedor, inclusive em decorrência de pedidos de intervenção, recuperação judicial, recuperação extrajudicial, falência, liquidação extrajudicial ou regimes especiais, conforme o caso, do Cedente e/ou de um Devedor, ou em outro procedimento de natureza similar, conforme aplicável. Os Direitos Creditórios adquiridos pela Classe poderão ainda ser afetados e ter seu pagamento prejudicado caso venham a ser propostos ou requeridos pedidos de recuperação judicial, de falência, de liquidação ou de procedimentos de natureza similar contra os Devedores ou, quando houver coobrigação, os Cedentes. Os principais eventos que podem afetar consumar tais riscos consistem: (i) na revogação da cessão dos Direitos Creditórios à Classe na hipótese de falência dos respectivos Cedentes; (ii) na existência de garantias reais sobre os Direitos Creditórios, constituídas antes da sua cessão à Classe e omitidas por seus respectivos Cedentes ou Devedores; (iii) na penhora ou outra forma de constrição judicial sobre os Direitos Creditórios; (iv) na verificação, em processo judicial, de fraude contra credores ou fraude à execução praticadas pelos Cedentes de tais Direitos Creditórios; e/ou (v) na possibilidade de

pagamento de apenas parte do valor dos Direitos Creditórios, e em condições diferentes das originalmente pactuadas, em caso de recuperação judicial ou extrajudicial, falência ou liquidação dos Devedores.

(v) Riscos relacionados aos setores de atuação dos Cedentes. A Classe poderá adquirir, de tempos em tempos, Direitos Creditórios originados por Cedentes distintos, de modo que os investimentos da Classe em Direitos Creditórios estarão sujeitos a uma série de fatores de risco peculiares a cada operação de cessão de Direitos Creditórios à Classe, os quais poderão impactar negativamente nos resultados da Classe, inclusive riscos relacionados: (a) aos critérios adotados pelo Cedente para concessão de Direitos Creditórios; (b) aos negócios e a situação patrimonial e financeira dos Devedores; (c) à possibilidade de os Direitos Creditórios virem a ser alcançados por obrigações dos Devedores ou de terceiros, inclusive em decorrência de pedidos de recuperação judicial ou de falência, ou planos de recuperação extrajudicial, ou em outro procedimento de natureza similar; (d) a eventuais restrições de natureza legal ou regulatória que possam afetar adversamente a validade da constituição e da aquisição dos Direitos Creditórios, bem como o comportamento do conjunto dos Direitos Creditórios cedidos e os fluxos de caixa a serem gerados; e (e) a eventos específicos com relação à operação de cessão de Direitos Creditórios à Classe que possam dar ensejo ao inadimplemento ou determinar a antecipação ou liquidação dos pagamentos.

Além disso, certos Cedentes poderão operar sob regime de concessão ou permissão federal, estando sujeitos à supervisão de autarquias ou agências reguladoras e a regras estabelecidas pelo poder concedente ou permitente, o que poderá impactar significativamente os resultados e o fluxo de caixa dos Cedentes. Adicionalmente, as concessões ou permissões operadas pelos Cedentes têm prazo de vencimento estabelecido, o que poderá implicar na impossibilidade da originação de Direitos Creditórios caso tal prazo não seja prorrogado.

(vi) Risco de pré-pagamento dos Direitos Creditórios. A ocorrência de pré-pagamentos em relação a um ou mais Direitos Creditórios poderá ocasionar perdas à Classe. A ocorrência de pré-pagamentos (pagamento em data anterior àquela originalmente pactuada) de Direitos Creditórios reduz o horizonte original de rendimentos esperados pela Classe de tais Direitos Creditórios, uma vez que o pré-pagamento poderá, se assim permitido pela documentação do Direito Creditório ou, conforme o caso, pela legislação aplicável, ser realizado pelo valor de emissão do Direito Creditório atualizado até a data do pré-pagamento pela taxa de juros pactuada entre os Cedentes e os Devedores de tais Direitos Creditórios, de modo que os juros remuneratórios incidentes desde a data da realização do pré-pagamento até a data de vencimento do respectivo Direito Creditório deixam de ser devidos à Classe.

(vii) Insuficiência dos Critérios de Elegibilidade. Os Critérios de Elegibilidade têm a finalidade de selecionar os Direitos Creditórios passíveis de aquisição pela Classe. Não obstante tais Critérios de Elegibilidade, a solvência dos Direitos

Creditórios que compõem a Carteira depende integralmente, mas não somente, da situação econômico-financeira dos Devedores. Dessa forma, a observância pelo custodiante dos Critérios de Elegibilidade não constitui garantia de adimplência dos Devedores.

(viii) Os Cedentes não necessariamente garantem a solvência dos seus respectivos Devedores. Como regra geral, os Cedentes dos Direitos Creditórios não assumirão responsabilidade pelo seu pagamento ou pela solvência dos respectivos Devedores. A Classe sofrerá o impacto do inadimplemento dos Direitos Creditórios vencidos e não pagos pelos Cedentes e/ou pelos respectivos Devedores.

(ix) Inexistência de descrição dos processos de origem dos Direitos Creditórios e das políticas de concessão de crédito pelos Cedentes. Tendo em vista que a Classe buscará adquirir, de tempos em tempos, Direitos Creditórios originados por Cedentes distintos, e que cada Direito Creditório terá sido objeto de processos de origem e de políticas de concessão de crédito distintos, não é possível pré-estabelecer, e, portanto, não está contida no Regulamento descrição dos processos de origem e das políticas de concessão dos Direitos Creditórios que serão adquiridos pela Classe, tampouco descrição dos fatores de risco específicos associados a tais processos e políticas. Dessa forma, os Direitos Creditórios que vierem a ser adquiridos pela Classe poderão ser originados com base em políticas de concessão de crédito que não assegurem a ausência de eventuais vícios na sua originação e/ou formalização, o que poderá dificultar ou até mesmo inviabilizar a recuperação de parte ou da totalidade dos pagamentos referentes aos referidos Direitos Creditórios integrantes da Carteira pela Classe.

(x) Risco associado à ausência de notificação dos Devedores na cessão dos Direitos Creditórios da Classe. Os Devedores dos Direitos Creditórios serão notificados pelo Agente de Cobrança ou pelos próprios Cedentes, conforme o caso, sobre a cessão à Classe dos Direitos Creditórios de que sejam devedores. No entanto, caso a cessão dos Direitos Creditórios à Classe seja realizada sem a respectiva notificação aos Devedores, referida cessão não terá eficácia em relação ao Devedor, nos termos do Art. 290 do Código Civil. Assim sendo, não é possível garantir que os valores devidos à Classe referentes a tais Direitos Creditórios serão devidamente pagos à Classe. Tampouco é possível garantir que, caso o respectivo Devedor realize o pagamento do Direito Creditório ao Devedor ou a credor putativo, tais Direitos Creditórios sejam oponíveis com relação aos seus Devedores.

(xi) Possibilidade de aquisição de Direitos Creditórios cedidos por Cedentes e/ou devidos por Devedores cujas demonstrações financeiras não sejam auditadas. A Classe, desde que sejam respeitados os limites de concentração previstos no Regulamento, poderá manter a qualquer tempo em sua Carteira, Direitos Creditórios cedidos por Cedentes e/ou devidos por Devedores cujas demonstrações financeiras não sejam auditadas por Auditor Independente registrado na CVM. Nesse sentido, não haverá verificação independente sobre tais demonstrações financeiras que afirme se estas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, as respectivas posições patrimoniais e financeiras, os resultados de suas operações, as mutações de seus respectivos patrimônios líquidos tampouco as origens e aplicações de seus recursos.

(xii) Risco de Crédito: Os títulos públicos e/ou privados de dívida que compõem a carteira da Classe e dos Fundos Alvo estão sujeitos à capacidade dos seus emissores e/ou contrapartes da Classe e/ou dos Fundos Alvo em honrar os compromissos de pagamento de juros e principal de suas dívidas. Alterações nas condições financeiras dos emissores dos títulos e/ou contrapartes de transações da Classe e/ou dos Fundos Alvo e/ou na percepção que os investidores têm sobre tais condições, bem como alterações nas condições econômicas e políticas que possam comprometer a sua capacidade de pagamento, podem trazer impactos significativos em termos de preços e liquidez dos ativos desses emissores. Mudanças na percepção da qualidade dos créditos dos emissores, mesmo que não fundamentadas, poderão trazer impactos nos preços dos títulos, comprometendo também sua liquidez. A Classe e os Fundos Alvo poderão ainda incorrer em risco de crédito na liquidação das operações realizadas por meio de corretoras e distribuidoras de valores mobiliários. Na hipótese de um problema de falta de capacidade e/ou disposição de pagamento de qualquer dos emissores de títulos de dívida ou das contrapartes nas operações integrantes da carteira da Classe e/ou dos Fundos Alvo, estes poderão sofrer perdas, podendo inclusive incorrer em custos para conseguir recuperar os seus créditos.

(xiii) Risco de Concentração: Em razão da política de investimento da Classe e dos Fundos Alvo, a carteira da Classe poderá estar exposta a significativa concentração em ativos de poucos emissores, com os riscos daí decorrentes. A concentração dos investimentos, nos quais a Classe aplica seus recursos, em determinado(s) emissor(es), pode aumentar a exposição da carteira da Classe aos riscos mencionados acima, ocasionando volatilidade no valor de suas cotas. Embora a diversificação seja um dos objetivos da Classe, não há garantia do grau de diversificação que será obtido, seja em termos geográficos ou de tipo de ativo financeiro, ainda que os limites estabelecidos pela regulamentação sejam devida, e plenamente, observados.

(xiv) Risco Proveniente do Uso de Derivativos: A Classe pode realizar operações nos mercados de derivativos como parte de sua estratégia de investimento, sendo que tais operações podem (i) aumentar a volatilidade da Classe, (ii) limitar ou ampliar as possibilidades de retornos, (iii) não produzir os efeitos pretendidos e/ou (iv) determinar perdas ou ganhos aos cotistas da Classe. Adicionalmente, mesmo que as operações de derivativos tenham objetivo de proteção da carteira contra determinados riscos, não é possível garantir a inexistência de perdas, se ocorrerem os riscos que se pretendia proteger. Os preços dos ativos financeiros e dos derivativos podem sofrer alterações substanciais que podem levar a perdas ou ganhos significativos.

(xv) Risco Decorrente de Investimento em Fundos Estruturados: Os investimentos realizados pela Classe em cotas de fundos estruturados, nos limites previstos no Regulamento, estão, por sua natureza, sujeitos a flutuações típicas do mercado, risco de crédito, risco sistêmico, condições adversas de liquidez e negociação atípica nos mercados de atuação, bem como outros riscos diversos.

Riscos de Mercado:

(i) Efeitos da política econômica do Governo Federal. A Classe, os Ativos Financeiros de Liquidez, os Cedentes, quando aplicável, e os Devedores estão sujeitos aos efeitos da política econômica praticada pelo Governo Federal. O Governo Federal intervém frequentemente na política monetária, fiscal e cambial e, consequentemente, na economia do País. As medidas que podem vir a ser adotadas pelo Governo Federal para estabilizar a economia e controlar a inflação compreendem controle de salários e preços, desvalorização cambial, controle de capitais e limitações no comércio exterior, entre outras. O negócio, a condição financeira e os resultados dos Cedentes e Devedores, os setores econômicos específicos em que atuam, os Ativos Financeiros de Liquidez da Classe, bem como a originação e pagamento dos Direitos Creditórios podem ser adversamente afetados por mudanças nas políticas governamentais, bem como por: (i) flutuações das taxas de câmbio; (ii) alterações na inflação; (iii) alterações nas taxas de juros; (iv) alterações na política fiscal; e (v) outros eventos políticos, diplomáticos, sociais e econômicos que possam afetar o Brasil, ou os mercados internacionais. Dessa forma, as oscilações acima referidas podem impactar negativamente o patrimônio da Classe e a rentabilidade das Cotas. Medidas do Governo Federal para manter a estabilidade econômica, bem como a especulação sobre eventuais atos futuros do governo, podem gerar incertezas sobre a economia brasileira e uma maior volatilidade no mercado de capitais nacional, afetando adversamente os negócios, a condição financeira e os resultados dos Cedentes e Devedores, bem como a liquidação dos Direitos Creditórios pelos respectivos Devedores.

(ii) Flutuação dos Ativos Financeiros de Liquidez. O valor dos Ativos Financeiros de Liquidez que integram a Carteira pode aumentar ou diminuir de acordo com as flutuações de preços e cotações de mercado. Em caso de queda do valor dos ativos, o patrimônio da Classe pode ser afetado. Não há garantia de que a queda nos preços dos ativos integrantes da Carteira não irá se estender por períodos longos e/ou indeterminados.

(iii) Risco Relacionado a Fatores Macroeconômicos e à Política Governamental: A Classe também poderá estar sujeito a outros riscos advindos de motivos alheios ou exógenos ao controle do administrador ou do gestor tais como a ocorrência, no Brasil ou no exterior, de fatos extraordinários, situações especiais de mercado ou, ainda, de eventos de natureza política, econômica ou financeira que modifiquem a ordem atual e influenciem de forma relevante o mercado financeiro e/ou de capitais brasileiro, incluindo variações nas taxas de juros, eventos de desvalorização da moeda e de mudanças legislativas, que poderão resultar em (a) perda de liquidez dos ativos que compõem a carteira da Classe e dos Fundos Alvo e (b) inadimplência dos emissores dos ativos. Tais fatos poderão acarretar prejuízos para os Cotistas e atrasos nos pagamentos dos regastes. Ainda, a Classe estará sujeita aos efeitos da política econômica praticada pelo Governo Federal e àquelas praticadas pelos governos dos países em que a Classe e os Fundos Alvo realizarem investimentos. Ocasionalmente, o governo brasileiro intervém na economia realizando relevantes mudanças em suas políticas. As medidas do Governo Brasileiro para controlar a inflação e implementar as políticas econômica e monetária têm envolvido, no passado recente, alterações nas taxas de juros, desvalorização da moeda, controle de câmbio, aumento das tarifas públicas, entre outras medidas. Essas políticas, bem

como outras condições macroeconômicas, têm impactado significativamente a economia e o mercado de capitais nacional. A adoção de medidas que possam resultar na flutuação da moeda, indexação da economia, instabilidade de preços, elevação de taxas de juros ou influenciar a política fiscal vigente poderão impactar os negócios, as condições financeiras, os resultados operacionais dos Fundos Alvo e da Classe e a consequente distribuição de rendimentos aos Cotistas da Classe. Impactos negativos na economia, tais como recessão, perda do poder aquisitivo da moeda e aumento exagerado das taxas de juros resultantes de políticas internas ou fatores externos podem influenciar nos resultados dos Fundos Alvo e da Classe. Qualquer deterioração na economia dos países em que a Classe e/ou os Fundos Alvo venham a investir, ou recessão e o impacto dessa deterioração ou recessão nos demais países em que a Classe possuir investimentos (diretamente ou indiretamente) podem ter efeito negativo na rentabilidade e performance da Classe e dos Fundos Alvo.

(iv) Risco de Mercado: Os ativos componentes da carteira da Classe e dos Fundos Alvo, inclusive os títulos públicos, estão sujeitos a oscilações nos seus preços em função da reação dos mercados frente a notícias econômicas e políticas, tanto no Brasil como no exterior, podendo ainda responder a notícias específicas a respeito dos emissores dos títulos representativos dos ativos da Classe e dos Fundos Alvo. As variações de preços dos ativos poderão ocorrer também em função de alterações nas expectativas dos participantes do mercado, podendo inclusive ocorrer mudanças nos padrões de comportamento de preços dos ativos sem que haja mudanças significativas no contexto econômico e/ou político nacional e internacional.

(v) Risco de Mercado Externo: A Classe poderá investir seu patrimônio líquido em ativos financeiros negociados no exterior e, consequentemente, as performances da Classe e dos Fundos Alvo podem ser afetadas por requisitos legais ou regulatórios, por exigências tributárias relativas a todos os países nos quais eles invistam ou, ainda, pelo risco cambial acima indicado. Podem ocorrer atrasos na transferência de juros, dividendos, ganhos de capital ou principal, dos ativos localizados em países estrangeiros em que investe, o que pode interferir na liquidez e no desempenho da Classe. As operações poderão ser realizadas em bolsas de valores, de mercadoria e futuros ou registradas em sistema de registro, de custódia ou de liquidação financeira de diferentes países que, podem estar sujeitos a distintos níveis de regulamentação e supervisionados por autoridades locais reconhecidas, entretanto não existem garantias acerca da integridade das operações cursadas em tais países e nem, tampouco, sobre a igualdade de condições de acesso aos mercados locais. Além dos riscos ligados as condições econômicas nos países e jurisdições em que os investimentos da Classe e dos Fundos Alvo forem realizados, os investimentos feitos no exterior estão expostos a riscos certos riscos que podem ser – (i) instabilidade política e econômica, (ii) imprevisibilidade do fluxo de comercio entre os países, (iii) possibilidade de ações de governos estrangeiros como expropriação, nacionalização e confisco, (iv) imposição ou modificação de controles de cambio, (v) volatilidade de preço, (vi)

imposição de impostos sobre investimentos, dividendos, juros e outros ganhos, (vii) flutuação das taxas de câmbio, (viii) diferentes leis de falência e alfândega. Apesar do gestor levar esses fatores em consideração na realização dos investimentos da Classe e dos Fundos Alvo, não há garantia de que o gestor avaliará esses riscos adequadamente. Além disso, o valor dos investimentos da Classe e dos Fundos Alvo em ativos no exterior pode ser significativamente afetado por mudanças nas taxas de câmbio, as quais podem apresentar alta volatilidade. Embora o gestor possa tentar realizar estratégias de proteção (hedge) contra riscos de variação cambial, não há certeza de que esse hedge será eficaz ou eficiente em termos de custo, assim o gestor pode decidir por não realizar hedge ou por realizá-lo parcialmente.

Riscos de Liquidez:

(i) Baixa liquidez para os Direitos Creditórios no mercado secundário. O investimento da Classe em Direitos Creditórios apresenta peculiaridades em relação às aplicações usuais da maioria dos fundos de investimento brasileiros, haja vista que não existe, no Brasil, mercado secundário com liquidez para os Direitos Creditórios. Caso a Classe precise vender os Direitos Creditórios, poderá não haver mercado comprador ou o preço de alienação de tais Direitos Creditórios poderá refletir essa falta de liquidez, causando perdas à Classe e, por conseguinte, aos seus Cotistas.

Liquidez relativa aos Ativos Financeiros de Liquidez. Diversos motivos podem ocasionar a falta de liquidez dos mercados nos quais os títulos e valores mobiliários integrantes da Carteira são negociados, incluindo quaisquer condições atípicas de mercado. Caso isso ocorra, a Classe estará sujeita a riscos de liquidez dos Ativos Financeiros de Liquidez detidos em Carteira, situação em que a Classe poderá não estar apta a efetuar pagamentos relativos a resgates de suas Cotas e/ou poderá ser obrigado a se desfazer de tais Ativos Financeiros de Liquidez em condições menos favoráveis do que se não houvesse a referida situação de falta de liquidez.

(ii) Liquidação antecipada do Fundo ou da Classe. Observado o disposto neste Regulamento, o fundo ou a Classe poderão ser liquidados antecipadamente, caso ocorra qualquer Evento de Liquidação, ou se assim deliberado pelos Cotistas reunidos em Assembleia Geral de Cotistas. Por este motivo, os Cotistas poderão ter seu horizonte original de investimento reduzido e poderão não conseguir reinvestir os recursos recebidos com a mesma remuneração buscada pela Classe, não sendo devida pela Classe, pelo administrador, pelo gestor ou pelo custodiante qualquer multa ou penalidade, a qualquer título, em decorrência desse fato. Adicionalmente, ocorrendo qualquer uma das hipóteses de liquidação antecipada do FUNDO ou da Classe, poderá não haver recursos disponíveis em moeda corrente nacional para realizar o pagamento aos Cotistas, que poderão ser pagos com os Direitos Creditórios e Ativos Financeiros de Liquidez detidos em Carteira, os quais estão sujeitos aos riscos apontados acima.

(iii) Ausência de classificação de risco das Cotas e Política de Investimentos genérica. A ausência de requisitos rígidos relacionados aos Direitos Creditórios passíveis de aquisição pela Classe poderá dificultar a definição do perfil de risco

da Carteira, afetando a capacidade de o Cotista avaliar o risco de seu investimento. As Cotas não possuem classificação de risco emitida por Agência Classificadora de Risco. Esses fatores podem dificultar a avaliação, por parte dos investidores, da qualidade do crédito representado pelas Cotas e com a capacidade da Classe em honrar com os pagamentos das Cotas.

(iv) Risco de Liquidez: A Classe poderá estar sujeito a períodos de dificuldade de execução de ordens de compra e venda, ocasionados por baixas ou inexistentes demanda e negociabilidade dos ativos financeiros integrantes da carteira da Classe. Neste caso, a Classe pode não estar apto a efetuar, dentro do prazo máximo estabelecido no Regulamento e na regulamentação em vigor, pagamentos relativos a resgates de cotas da Classe, quando solicitados pelos Cotistas. Este cenário pode se dar em função da falta de liquidez dos mercados nos quais os valores mobiliários são negociados, grande volume de solicitações de resgates ou de outras condições atípicas de mercado. Nessas hipóteses, o administrador poderá, inclusive, determinar o fechamento do Fundo e/ou da Classe para novas aplicações ou para resgates, obedecidas as disposições legais vigentes.

Riscos Operacionais:

(i) Falhas de Cobrança. A cobrança dos Direitos Creditórios Inadimplidos de titularidade da Classe depende da atuação diligente do Agente de Cobrança. Qualquer falha de procedimento ou ineficiência do Agente de Cobrança poderá acarretar menor recebimento dos recursos devidos pelos Devedores, levando à queda da rentabilidade da Classe. Adicionalmente, nada garante que a cobrança judicial dos Direitos Creditórios Inadimplidos levará à recuperação total dos Direitos Creditórios Inadimplidos, o que poderá implicar perdas patrimoniais à Classe e aos Cotistas.

(ii) Documentos Comprobatórios. O custodiante é o responsável legal pela guarda dos Documentos Comprobatórios dos Direitos Creditórios de titularidade da Classe. O descumprimento do dever de guarda e conservação poderá obstar o pleno exercício pela Classe das prerrogativas decorrentes da titularidade dos Direitos Creditórios. A verificação do lastro dos Direitos Creditórios pelo custodiante é realizada após a cessão dos direitos creditórios à classe, de modo que a Carteira poderá conter Direitos Creditórios cujos Documentos Comprobatórios apresentem irregularidades, que poderão obstar o pleno exercício, pela Classe, das prerrogativas decorrentes da titularidade dos Direitos Creditórios.

Os Documentos Comprobatórios serão mantidos em uma única via, inexistindo cópias de segurança, de modo que, na hipótese de seu extravio ou destruição, a Classe poderá ter dificuldades para comprovar, perante os Devedores e/ou ao judiciário, a existência dos Direitos Creditórios aos quais se referem. O custodiante, o administrador e o gestor não são responsáveis por eventuais prejuízos incorridos pela Classe em razão da impossibilidade de cobrança dos Direitos Creditórios decorrentes do extravio ou destruição dos referidos Documentos Comprobatórios, exceto em caso de dolo ou culpa.

(iii) Inexistência de processos de cobrança pré-estabelecidos. A Classe poderá contratar um ou mais Agentes de Cobrança e/ou assessores legais para a cobrança dos Direitos Creditórios Inadimplidos e estabelecer diferentes estratégias para a cobrança dos Direitos Creditórios. Dessa forma, não é possível pré-estabelecer e, portanto, não está contida no Regulamento, descrição de processo de cobrança dos Direitos Creditórios, o qual será acordado caso a caso entre a Classe e o Agente de Cobrança, de acordo com a natureza e as características específicas de cada Direito Creditório. Além disso, não é possível assegurar que os procedimentos de cobrança dos Direitos Creditórios a vencer ou dos Direitos Creditórios Inadimplidos garantirão o recebimento pontual e/ou integral dos pagamentos referentes aos Direitos Creditórios. Adicionalmente, a Classe, o administrador, o gestor, o custodiante, e os demais prestadores de serviço contratados pela Classe não assumem qualquer responsabilidade pelo cumprimento, pelo Agente de Cobrança, de suas obrigações de cobrança dos Direitos Creditórios, de acordo com os termos e condições que venham a ser acordados com a Classe.

(iv) Risco de sistemas. Dada a complexidade operacional própria dos fundos de investimento em Direitos Creditórios, não há garantia de que as trocas de informações entre os sistemas eletrônicos do custodiante, do administrador, do gestor, da Classe e, quando aplicável, dos Cedentes, dos Devedores e/ou coobrigados, conforme aplicável, se darão livres de erros. Caso qualquer desses riscos venha a se materializar, a aquisição, cobrança ou realização dos Direitos Creditórios poderá ser adversamente afetada, prejudicando o desempenho da Classe.

(v) Risco de Fungibilidade. Em seu curso normal, os Direitos Creditórios a serem adquiridos pela Classe serão cobrados pelo custodiante e/ou pelo Agente de Cobrança e pagos diretamente na Conta da Classe, em conta da Classe mantida junto ao Banco Cobrador ou em Conta Vinculada de titularidade do Cedente. Recursos eventualmente recebidos em outras contas, por equívoco, devem ser devidamente repassados à Classe. Desse modo, eventualmente, uma vez que os valores referentes aos Direitos Creditórios poderão transitar por contas bancárias de outra instituição, incluindo o Banco Cobrador, até o seu recebimento pela Classe, há o risco de que tais recursos não sejam repassados à Classe nos prazos estabelecidos no Regulamento, por razão, exemplificativamente, de intervenção administrativa, erros operacionais, indisponibilidade de recursos, ou, ainda, em decorrência, ações judiciais, pedidos de recuperação judicial ou de falência, ou planos de recuperação extrajudicial, ou em outro procedimento de natureza similar. Apesar da obrigação dos Cedentes de, quando os recursos forem equivocadamente depositados em contas de sua titularidade, realizarem as transferências de tais recursos para a Conta da Classe, a rentabilidade das Cotas pode ser negativamente afetada, causando prejuízo à Classe e aos Cotistas, caso haja inadimplemento pelos Cedentes ou Devedores, no cumprimento de sua referida obrigação, inclusive em razão de falhas operacionais no processamento e na transferência dos recursos para a Conta da Classe.

(vi) Risco de conciliação de recursos recebidos extra cobrança. Existe a possibilidade de chegada de recursos em contas de cobrança da Classe por outros meios de pagamento que não a cobrança bancária. Atrasos nessa

conciliação em razão de dificuldades de identificação dos recursos pode afetar adversamente o Patrimônio Líquido causando prejuízo à Classe e aos Cotistas.

Outros Riscos:

(i) Cobrança judicial ou extrajudicial dos Direitos Creditórios. No caso de os Devedores inadimplirem as obrigações dos pagamentos dos Direitos Creditórios de titularidade da Classe, poderá haver cobrança judicial e/ou extrajudicial dos valores devidos. Neste caso, além da Classe incorrer em maiores custos relacionados à cobrança dos Direitos Creditórios Inadimplidos, nada garante que referidas cobranças atingirão os resultados almejados, qual seja, a recuperação do valor integral dos Direitos Creditórios Inadimplidos. Nesta hipótese, a rentabilidade da Classe será afetada negativamente.

(ii) Risco de concentração. O risco da aplicação na Classe possui forte correlação com a concentração da Carteira, sendo que, quanto maior for a concentração da Carteira, maior será a chance de a Classe sofrer perda patrimonial significativa que afete negativamente a rentabilidade das Cotas. A Classe não possui limite de concentração por Devedor ou originador dos Direitos Creditórios, exceto por aqueles previstos na Resolução CVM 175, razão pela qual a Classe poderá estar exposto a significativa concentração por Devedor. Não é possível garantir que os limites de concentração contidos na Política de Investimentos, ainda que atendidos, serão suficientes que o Patrimônio Líquido não sofra perdas que possam afetar a rentabilidade das Cotas.

(iii) Possibilidade de conflito de interesses entre a Classe e a Consultora e entre a Classe e o Agente de Cobrança. A Consultora e o Agente de Cobrança eventualmente possuem ou podem a possuir relacionamento comercial com os Cedentes e/ou Devedores, de modo que, em determinadas circunstâncias seus interesses podem ser conflitantes com os interesses da Classe. Não é possível garantir que, materializada uma situação de conflito de interesses conforme descrita acima, a Consultora e/ou o Agente de Cobrança exponham-na adequadamente ao administrador e/ou aos Cotistas, ou que o façam absolutamente, tampouco que agirão no melhor no interesse da Classe. Nesses casos, a Classe pode vir a adquirir Direitos Creditórios ou pode vir a ter seus Direitos Creditórios Inadimplidos pagos em condições comparativamente menos vantajosas àquelas que seriam verificadas na ausência de tais conflitos de interesses. Nesses casos, o Patrimônio Líquido pode ser afetado adversamente.**]**

(iv) Risco de ausência de registro dos Contratos de Cessão ou termos de cessão. para que o Contrato de Cessão e/ou seus respectivos termos de cessão possuam efeitos perante terceiros eles devem, necessariamente, ser registrados em Cartório de Registro de Títulos e Documentos do domicílio do Cedente e do cessionário. O Contrato de Cessão e os termos de cessão poderão não ser levados a registro nos referidos cartórios do domicílio da Classe e dos Cedentes, o que irá ocasionar a ineficácia de tais cessões em relação a terceiros. A não realização do registro poderá impossibilitar a Classe de cobrar ou recuperar os Direitos Creditórios em determinadas situações, como, por exemplo, nos casos de dupla cessão, constrição judicial e falência ou liquidação extrajudicial dos Cedentes. Eventuais questionamentos à eficácia da cessão dos Direitos Creditórios poderão acarretar perdas à Classe e aos Cotistas.

(v) Risco de descontinuidade. Os Devedores podem, nos termos dos instrumentos por meio dos quais foram constituídos os respectivos Direitos Creditórios, possuir o direito de proceder ao pagamento antecipado de tais Direitos Creditórios. Este evento poderá prejudicar o atendimento, pela Classe, de seus objetivos e/ou afetar sua capacidade de atender aos índices, parâmetros e indicadores definidos no Regulamento.

Este Regulamento estabelece algumas hipóteses nas quais os Cotistas, reunidos em Assembleia Geral de Cotistas, poderão optar pela liquidação antecipada do fundo ou da classe, além de outras hipóteses em que o resgate das Cotas, conforme o caso, poderá ser realizado mediante a entrega de Direitos Creditórios e Ativos Financeiros de Liquidez. Nessas situações, os Cotistas poderão encontrar dificuldades (i) para vender os Direitos Creditórios e Ativos Financeiros de Liquidez recebidos quando do vencimento antecipado da Classe ou (ii) cobrar os valores devidos pelos Devedores dos Direitos Creditórios.

(vi) Riscos e custos de cobrança. Os custos incorridos com os procedimentos judiciais ou extrajudiciais necessários à cobrança dos Direitos Creditórios e dos demais ativos integrantes da Carteira e à salvaguarda dos direitos, interesses ou garantias dos Cotistas são de inteira e exclusiva responsabilidade da Classe, sempre observado o que seja deliberado pelos Cotistas em Assembleia de Cotistas. Caso a Classe não disponha de recursos suficientes, o administrador, o gestor, o custodiante e/ou quaisquer de suas respectivas pessoas controladoras, as sociedades por estes direta ou indiretamente controladas e coligadas ou outras sociedades sob controle comum, não são responsáveis, seja em conjunto ou isoladamente, pela adoção ou manutenção dos referidos procedimentos. O ingresso em juízo submete, ainda, a Classe à discricionariedade e ao convencimento dos julgadores das ações.

(vii) Limitação do gerenciamento de riscos. A realização de investimentos na Classe expõe o investidor a riscos a que a Classe está sujeita, os quais poderão acarretar perdas para os Cotistas. Não há qualquer garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para a Classe e para os Cotistas. Em condições adversas de mercado, esses sistemas de gerenciamento de riscos poderão ter sua eficiência reduzida.

(viii) Risco decorrente da precificação dos ativos. Os ativos integrantes da Carteira serão avaliados de acordo com critérios e procedimentos estabelecidos para registro e avaliação conforme regulamentação em vigor. Referidos critérios, tais como os de marcação a mercado dos Ativos Financeiros de Liquidez (*mark-to-market*), poderão causar variações nos valores dos ativos integrantes da Carteira, resultando em aumento ou redução do valor das Cotas.

(ix) Inexistência de garantia de rentabilidade. O administrador, o custodiante, a consultora e o gestor não garantem nem se responsabilizam pela rentabilidade da Classe. Caso os ativos da Classe, incluindo os Direitos Creditórios, não constituam patrimônio suficiente para a valorização das Cotas, a rentabilidade das Cotas poderá ser reduzida, inexistente ou, ainda, negativa. Dessa forma, existe a possibilidade de a Classe não possuir caixa suficiente para pagamento de suas despesas, caso em que os Cotistas poderão ser chamados para realizar novos aportes na Classe. Dados de rentabilidade verificados no passado com relação a

qualquer fundo de investimento em direitos creditórios no mercado, ou à própria Classe, não representam garantia de rentabilidade futura.

(x) Risco de intervenção ou liquidação judicial do ADMINISTRADOR. A Classe está sujeito ao risco dos efeitos de decretação de intervenção ou de liquidação judicial do administrador e/ou do custodiante, nos termos da Lei nº , de 13 de março de 1974, conforme alterada.

(xi) Possibilidade de eventuais restrições de natureza legal ou regulatória. A Classe também poderá estar sujeito a outros riscos, exógenos ao controle do administrador ou dos demais prestadores de serviços da Classe, advindos de eventuais restrições futuras de natureza legal e/ou regulatória que podem afetar a validade da constituição e/ou da cessão dos Direitos Creditórios para a Classe. Na hipótese de tais restrições ocorrerem, o fluxo de cessões de Direitos Creditórios à Classe poderá ser interrompido, podendo desta forma comprometer a continuidade da Classe e o horizonte de investimento dos Cotistas. Além disso, os Direitos Creditórios já integrantes da Carteira podem ter sua validade questionada, podendo acarretar, desta forma, prejuízos aos Cotistas.

(xii) Risco de governança. Caso a Classe venha a emitir novas Cotas, seja mediante deliberação em Assembleia de Cotistas e/ou por ato unilateral do administrador, nos termos do Regulamento, a proporção da participação então detida pelos Cotistas na Classe poderá ser alterada de modo que os novos Cotistas podem modificar a relação de poderes para aprovação de alterações a este Regulamento e demais matérias de competência da Assembleia Geral de Cotistas.

(xiii) Risco Regulatório e Judicial. Eventuais alterações ou novas normas ou leis aplicáveis à Classe, seus ativos e a eventuais fundos investidos, incluindo, mas não se limitando àquelas referentes a tributos, bem como decisões judiciais ou jurisprudência aplicando as regulamentações existentes ou interpretando novas regulamentações, podem causar um efeito adverso relevante no preço dos ativos e/ou na performance das posições financeiras adquiridas pela Classe e/ou pelos Fundos Alvo. Ainda, nesse sentido, poderão ocorrer interferências de autoridades governamentais e órgãos reguladores na regulação dos mercados, bem como alterações das políticas monetária e cambial. Tais eventos poderão impactar de maneira adversa o valor das Cotas.

(xiv) Ausência de garantia. As aplicações realizadas na Classe não contam com garantia do Cedente, do administrador, do gestor, do custodiante ou da Classe Garantidor de Créditos – FGC, de modo que é possível a perda total do capital investido pelos Cotistas ou mesmo a necessidade de os Cotistas realizarem aportes adicionais de recursos para a cobertura de eventuais prejuízos.

(xv) Risco Regulatório: As eventuais alterações nas normas ou leis aplicáveis à Classe, seus ativos financeiros e aos Fundos Alvo, incluindo, mas não se limitando àquelas referentes a tributos, podem causar um efeito adverso relevante no preço dos ativos e/ou na performance das posições financeiras adquiridas pela Classe e/ou pelos Fundos Alvo.

(xvi) Dependência do GESTOR: A gestão da carteira da Classe e a sua performance dependerão em larga escala das habilidades e expertise do grupo de profissionais do gestor. A perda de um ou mais executivos do gestor poderá ter impacto

significativo nos negócios e na performance financeira da Classe. O gestor também pode se tornar dependente dos serviços de consultores externos e suas equipes. Se esses serviços se tornarem indisponíveis, o gestor pode precisar recrutar profissionais especializados, sendo que poderá enfrentar dificuldades na contratação de tais profissionais.

(xvii) Risco de Desenquadramento para Fins Tributários: O gestor buscará manter o cumprimento do requisito de composição da carteira do fundo com, no mínimo 67% (sessenta e sete por cento) em direitos creditórios, de acordo com a Lei nº e a Resolução CMN . Caso a composição mínima do patrimônio líquido do fundo não seja atingida, não é possível garantir que o fundo continuará a receber o tratamento tributário destinado ao Regime Específico dos Fundos Não Sujeitos à Tributação Periódica, considerando a hipótese prevista no capítulo de tributação.
(xviii) Outros Riscos: Não há garantia de que a Classe ou os Fundos Alvo sejam capazes de gerar retornos para seus investidores. Não há garantia de que os Cotistas receberão qualquer distribuição da Classe. Consequentemente, investimentos na Classe somente devem ser realizados por investidores que possam lidar com a possibilidade de perda da totalidade dos recursos investidos.

A Classe também poderá estar sujeito a outros riscos advindos de motivos alheios ou exógenos ao controle do administrador, tais como moratória, inadimplemento de pagamentos, mudança nas regras aplicáveis aos direitos creditórios e ativos financeiros de liquidez, alteração na política monetária, alteração da política fiscal aplicável à Classe, os quais poderão causar prejuízos para a Classe e para os cotistas.

7. Instrumentos financeiras derivativos

De acordo com o regulamento, a Classe poderá utilizar instrumentos derivativos, desde que com o objetivo de proteção patrimonial, ou, desde que não resulte em exposição a risco de capital, conforme definida no inciso XXIV do art. 3º da resolução CVM 175, troca de indexador a que os ativos estão indexados e o índice de referência de cada subclasse.

Durante o período de 10 de dezembro de 2024 a 31 de março de 2025, a Classe não realizou operações com instrumentos financeiros derivativos, bem como não possuía tais ativos na data base.

8. Evolução do valor da cota e rentabilidade

Os valores das cotas e a rentabilidade proporcionada pela Classe, baseada na variação no valor das cotas no encerramento do 31 de março de 2025, são demonstrados como se segue:

	Evolução do valor da cota e da rentabilidade	
Período	**Valor da cota - R$ (*)**	**Rentabilidade - % (*)**
10/12/2024 a 31/03/2025	2,7777	4,85%

A rentabilidade obtida no passado não representa garantia de resultados futuros.

9. Emissão e resgate

Emissão

As principais características das cotas do fundo estão descritas no capítulo 5 do Anexo I do regulamento. As cotas são escriturais, nominativas e correspondem a frações ideais do patrimônio da Classe, cuja propriedade presume-se pelo registro do nome do cotista no livro de registro de cotistas, enquanto mantidas em conta de depósito mantidas junto ao escriturador em nome dos respectivos cotistas.

Durante o período de 10 de dezembro de 2024 a 31 de março de 2025 não foram integralizadas novas cotas na Classe.

Resgates

As Cotas podem ser resgatadas a qualquer tempo com rendimento, ressalvadas as restrições previstas neste Anexo e na regulamentação aplicável. Os resgates de Cotas serão processados da seguinte forma:

(i) para a conversão de cotas, assim entendida, a data da apuração do valor da cota para fins de pagamento de resgate, será utilizado o valor da cota em vigor no 180° (centésimo octogésimo) dia corrido posterior ao dia da efetiva solicitação do resgate (D+180), desde que a mesma se dê dentro da Data de Solicitação de Resgate (conforme definido abaixo), do horário estabelecido, pelo Administrador, sem a cobrança de taxas e/ou despesa (“Data da Conversão”);

(ii) Para fins do disposto neste artigo, é definido como Data de Solicitação de Resgate, um dos seguintes dias do ano a seguir, ou o primeiro dia útil subsequente, caso este não venha a corresponder um dia útil: (a) 02 de janeiro; (b) 01 de abril; (c) 01 de julho; ou (d) 01 de outubro;

(iii) O pagamento do resgate deverá ser efetuado no 2º (segundo) Dia Útil subsequente à Data da Conversão (D+182).

Durante o período de 10 de dezembro de 2024 a 31 de março de 2025 foram resgatadas 5.850.090,0673 cotas pelo montante total de R$ 16.089.

Em 31 de março de 2025, o Fundo possui o montante de R$ 12.315 a ser pago aos cotistas.

10. Negociação de cotas

As cotas são escriturais, nominativas e correspondem a frações ideais do patrimônio da Classe, cuja propriedade presume-se: (i) pelo registro do nome do cotista no livro de registro de cotistas, enquanto mantidas em conta de depósito mantidas junto ao escriturador em nome dos respectivos cotistas, nos termos deste regulamento.

11. Remuneração da Administração, Gestão, Performance, Distribuição e Custódia

Administração e Gestão

Pelos serviços de administração, tesouraria, controladoria e escrituração, a Classe pagará a taxa de administração no valor correspondente a 0,15% (quinze centésimos por cento) ao ano aplicado sobre o patrimônio líquido, observado o valor mínimo de R$ 10 (dez mil reais) mensais, atualizado pela variação positiva do IGP-M a cada período de 12 (doze) meses.

De acordo com o regulamento, a Classe pagará a taxa de gestão nos seguintes moldes: o valor correspondente a 0,65% (sessenta e cinco centésimos por cento) ao ano aplicado sobre o patrimônio líquido.

Durante o período de 10 de dezembro de 2024 a 31 de março de 2025 foi registrada a importância de R$ 552 a título de taxa de administração e gestão, apresentada na demonstração dos resultados em “Despesa de Taxa de Administração e Gestão”. O saldo a pagar à Administradora e à Gestora em 31 de março de 2025 é de R$ 133.

Performance

Será cobrada da Classe Taxa de Performance, a ser paga diretamente ao Gestor, correspondente a 10% (dez por cento) da valorização do Valor Unitário das Cotas que exceder 100% (cem por cento) da Taxa DI, já deduzidos os demais Encargos, inclusive a Taxa de Administração.

Durante o período de 10 de dezembro de 2024 a 31 de março de 2025 foi registrada a importância de R$ 304 a título de taxa de performance, apresentada na demonstração dos resultados em “Despesa de Taxa de Performance”. O saldo a pagar à Gestora em 31 de março de 2025 é de R$ 162.

Taxa de Distribuição

A Taxa Máxima de Distribuição a ser cobrada da Classe e paga a distribuidores equivale a 0,05% (cinco centésimos por cento) ao ano aplicado sobre o patrimônio líquido.

Durante o período de 10 de dezembro de 2024 a 31 de março de 2025, foi registrado a importância de R$ 2 apresentada na demonstração dos resultados em "Taxa de Distribuição".

Taxa de custódia

Pelos serviços de custódia qualificada dos Direitos Creditórios e dos Ativos Financeiros de Liquidez será devida pela Classe ao custodiante a Taxa Máxima de Custódia, no montante equivalente a 0,03% (três centésimos por cento) ao ano aplicado sobre o patrimônio líquido, excetuadas as despesas relativas à liquidação, registro e custódia de operações com títulos e valores mobiliários, ativos financeiros e modalidades operacionais devidas pela Classe.

Durante o período de 10 de dezembro de 2024 a 31 de março de 2025 foi registrada a importância de R$ 38 a título de taxa de custódia, apresentada na demonstração dos resultados em "Despesa de Taxa de custódia". O saldo a pagar ao custodiante em 31 de março de 2025 é de R$ 5.

Taxa de Ingresso e saída

Não serão cobradas da Classe ou dos cotistas taxas de ingresso ou de saída.

12. Custódia dos ativos

Os títulos e valores mobiliários componentes da carteira do Fundo de investimento estão registrados e custodiados, em conta própria do Fundo, no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (Selic) do Banco Central do Brasil, e na B3 S.A.

As cotas dos fundos de investimento investidos são escriturais e o seu controle é mantido pelos administradores dos respectivos fundos.

13. Encargos

As despesas debitadas à Classe em relação ao patrimônio líquido médio estão demonstradas como segue:

	2025	
Encargos	**R$ Mil**	**%**
Despesa de taxa de gestão	424	0,20%
Despesa de taxa de performance	304	0,14%
Despesa de taxa de administração	98	0,05%
Despesas de taxa de custódia	38	0,02%
Despesas de taxa de fiscalização - CVM	12	0,01%
Despesas de consultoria e auditoria	15	0,01%
Despesa de taxa de distribuição	2	0,00%
Total	893	0,41%
PL médio do período	216.651	

14. Relatório de risco – Rating

A Gestora poderá, a seu exclusivo critério, contratar a agência classificadora de risco para atribuir a classificação de risco das cotas. Não há garantia, porém, de que as cotas contarão com classificação de risco atribuída pela agência classificadora de risco. Qualquer alteração na classificação de risco das cotas deverá ser comunicada aos cotistas por meio de correspondência eletrônica endereçada a cada um dos cotistas.

Para o período findo em 31 de março de 2025, não foi contratada agência classificadora de risco para a Classe.

15. Serviços de gestão, custódia, tesouraria e outros serviços contratados

A Administradora contratou para prestar serviços de tesouraria, custódia, controle de ativos e passivos as seguintes instituições:

Descrição	**Prestador do Serviço**
Gestão da carteira	Milênio Capital Gestão de Investimentos Ltda.
Distribuição, liquidação custódia e tesouraria	Banco BTG Pactual S.A.
Administração e Controladoria	BTG Pactual Serviços Financeiros S/A DTVM

16. Tributação

A Lei 14.754, de 12 de dezembro de 2023, alterou as regras de tributação de aplicações em fundos de investimento no Brasil, dispondo a sistemática de tributação periódica (Come-Cotas) para os fundos fechados. Tais alterações entraram em vigor a partir de 1° de janeiro de 2024.

Quando os fundos forem enquadrados como não entidade de investimento, ficarão sujeitos à retenção na fonte do IRRF no último dia útil dos meses de maio e novembro ou na data da distribuição de rendimentos, da amortização ou do resgate de cotas, caso ocorra antes, sob a alíquota de 15% (quinze por cento).

Quando os fundos forem enquadrados como entidades de investimento, ficarão sujeitos à retenção na fonte do IRRF à alíquota de 15% (quinze por cento), na data da distribuição de rendimentos, da amortização ou do resgate de cotas.

Conforme disposto na Resolução CMN nº 5.111 de 21 de dezembro de 2023 e na Lei 14.754, serão enquadrados como entidades de investimento os Fundos que: (i) captem recursos de um ou mais investidores para investir em um ou mais ativos; (ii) sejam geridos, discricionariamente, por agentes ou prestadores de serviços profissionais, devidamente habilitados e autorizados para o exercício dessa atividade, quando exigido pela legislação; e (iii) definam nos seus regulamentos e nos demais documentos constitutivos, quando houver, estratégias a serem utilizadas para a geração de retorno ao investidor, consistindo em uma ou mais das seguintes estratégias:

i. investimento e desinvestimento dos ativos que compõem a carteira do fundo, observada a estratégia, as condições de mercado e, quando aplicável, o prazo nela estabelecido de forma a maximizar o retorno para os cotistas;

ii. investimento e manutenção, no todo ou em parte, dos ativos que compõem a carteira do fundo de acordo com sua política de investimentos até a liquidação de tais ativos, por meio de seu pagamento ou de qualquer forma de negociação de tais ativos ou até a liquidação do fundo, objetivando retorno na forma de apreciação do capital, renda ou ambos;

iii. investimento e manutenção dos ativos que compõem a carteira do fundo, sem prazo definido para liquidação ou desinvestimento, buscando a apreciação do capital investido e a realização de retorno por meio de resgate ou de amortização de cotas ou de mecanismos que assegurem a negociação de cotas no mercado secundário.

Em 31 de março de 2025, a Administradora da Classe, com base na nova legislação, avaliou e classificou a Classe como “Entidade de Investimento”.

17. Informações adicionais

a) Resolução CVM nº 162 de 13 de julho de 2022

Em atendimento à Resolução CVM nº 162, informamos que a Classe, no exercício findo em 31 de março de 2025, somente contratou a Ernst & Young Auditores Independentes S/S Ltda para a prestação de serviços de auditoria externa, não tendo a referida empresa prestado qualquer outro tipo de serviço a Classe.
É adotada como política na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa, a postura de atender as regulamentações que preservam a independência do auditor externo, mantendo consistência, inclusive com os princípios internacionais os quais incluem, dentre outros, os seguintes: (a) O auditor não deve auditar seu próprio trabalho; (b) O auditor não deve exercer funções gerenciais no cliente; e (c) O auditor não deve promover os interesses de seu cliente. Adicionalmente, em caso de contratação de outros serviços, o escopo e os procedimentos dos referidos serviços são discutidos com os auditores independentes, para que os mesmos não afetem as regras de independência estabelecidas.

b) Demandas judiciais

Não há registro de demandas judiciais ou extrajudiciais, quer na defesa dos direitos dos Cotistas, quer desses contra a Administração da Classe.

c) Política de divulgação das informações

As informações obrigatórias relativas à Classe estão disponíveis na sede da Administradora assim como junto à CVM.

d) Partes relacionadas

A Classe possui investimentos em cotas de fundos de investimento que possuem suas carteiras geridas pelo mesmo gestor, Milênio Capital Gestão de Investimentos Ltda.. Além disso, são consideras transações com partes relacionadas as divulgações presentadas nas notas explicativas nº 11, 12 e 13.

e) Eventos subsequentes

Não ocorreram eventos e/ou transações desde 31 de março de 2025 até a data de emissão destas demonstrações financeiras, que requeressem ajustes e/ou divulgações adicionais em notas explicativas.

* * *

Gustavo Cotta Piersanti
Diretor
CPF: 016.697.087-56

Rafaela Perdigão Castro
Contadora
CRC: 1SP-314591/O-6